

ESCÁRNIO, ATÉ QUANDO?

O POVO SAI ÀS RUAS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA,
MAS OS CORRUPITOS NO PODER INSISTEM NOS SEUS
PROPÓSITOS, A CONFIRMAR O ESTADO DE EXCEÇÃO

por ANDRÉ BARROCAL

Cleide Rocha, funcionária pública de 51 anos, vestiu calça jeans e blusa verde, pegou a filha de uns 10 anos e foi à Avenida Paulista, uma dos milhares de pessoas a sair às ruas do País na quarta-feira 15 em protesto contra a possibilidade de mudanças nas aposentadorias. Na véspera, o Brasil soubera que o governo da reforma da Previdência está nas mãos sujas de ministros e de aliados encrencados por suspeita de corrupção. “É isso o que mais deixa a gente indignada”, afirma Cleide. “É o fim da picada” que políticos nessa situação queiram cortar direitos dos brasileiros, “uma coisa revoltante”.

O megapacote de investigações contra figurões da República apresentado pela Procuradoria-Geral da República



O presidente poeta ladeado por seus cupinchas

à Justiça mina a autoridade moral dos poderosos para aprovar medidas impopulares. Sem estas, porém, Michel Temer e seu governo correm o risco de perder o apoio do “mercado”, do PIB e

da mídia, essencial para a sobrevivência de um presidente com ibope de 10%. Por isso, os governistas não mostram qualquer sintoma de crise existencial ou de disposição para levar as ruas em conta.



REPORTAGEM DE CAPA

Com Brasília afogada nas delações da Odebrecht, a ordem por lá é correr para arrancar a pele do brasileiro com as reformas da Previdência e trabalhista e para tramar a salvação da própria.

O cenário pós-delação da Odebrecht é de terra arrasada, com os três maiores partidos atingidos, PMDB, PSDB e PT. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, requereu autorização ao Supremo Tribunal Federal para a abertura de 83 investigações contra políticos. Detalhes dos pedidos e dos rolos de cada um dos suspeitos ainda são desconhecidos, pois o material permanece em segredo. Só nos próximos dias o juiz do caso, Edson Fachin, decidirá se quebra o sigilo da papelada, como solicitou a Procuradoria e interessa ao governo. Mas já vazaram alguns nomes de personagens enrascados. Uma nominata ecumênica.

Na mira estão seis ministros. Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) e Eliseu Padilha (Casa Civil), ambos do PMDB, os tucanos Aloysio Nunes Ferreira (Relações Exteriores) e Bruno Araújo (Cidades), Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia), do PSD, e Marcos Pereira (Desenvolvimento), do PRB. No Congresso, o tempo fechou para os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, do DEM, e do Senado, Eunício Oliveira, do PMDB, ambos fidelíssimos do Palácio do Planalto.

Temer só escapou da “nova lista do Janot” porque, pela Constituição, o presidente não pode ser investigado por atos praticados antes de assumir. Ele não quer nem saber se está rodeado de auxiliar suspeito. Avisou tempos atrás que demitiria apenas quem virasse réu, um selo que tão cedo não será dado a ninguém pelo STF, dado o ritmo das coisas por lá. Dessa maneira, conseguirá manter por perto dentro do Planalto seus amigos Franco e Padilha, uma dupla descrita em uma das delações da Odebrecht, a do ex-lobista Claudio Melo Filho, como



Nunes Ferreira, Maia (vulgo Botafogo), Eunício (vulgo Índio), Aécio: alguns notáveis da lista



de “prepostos” de Temer na arrecadação e gestão de grana tomada de empresas.

Principal negociador do Planalto para a reforma das aposentadorias, Padilha foi pego pela lista de Janot quando tinha acabado de voltar ao batente. Debandara de Brasília no Carnaval, sob o pretexto de tratar a próstata, assim que um amigo do presidente, José Yunes, dissera publicamente ter sido “mula” do ministro na receptação de um “pacotinho”, possivelmente com dinheiro, enviado pela Odebrecht em decorrência de um jantar de Temer com a cúpula da empresa, em 2014. Padilha negou-se a dar explicações durante a licença. E depois também. “Fico quietinho”, pois “só citação de delator não é motivo para nada”, disse a jornalistas. A



Segundo Claudio Melo Filho, Moreira Franco e Padilha são “prepostos” do presidente Temer

propósito: o Supremo acaba de autorizar a abertura de inquérito por crime ambiental contra ele.

Pelo que se sabe da delação de Melo Filho, o pedido de investigação de Janot contra Padilha tem relação com o misterioso jantar no Palácio do Jaburu. O tucano Bruno Araújo também aparece na delação do ex-lobista, citado como alguém de relações amistosas e recompensadas de Melo Filho, em razão do potencial de liderança no aconchego tucano. O ministro, aliás, é deputado e viveu um momento de glória na noite em que o plenário da Câmara abriu o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Coube a ele dar o voto que matematicamente garantiu o início da cassação.

Pelo que já vazou nos últimos tempos, é possível imaginar os motivos da encrenca do presidente do tucanato, o senador Aécio Neves, outro alvo de um pedido de investigação. Benedito Barbosa Júnior, ex-presidente do ramo construtor da Odebrecht, teria dito em delação que Aécio, quando governador de Minas (2003-2010), cobrou uns 3% de comissão da obra da Cidade Administrativa, sede do governo mineiro erguida por 2 bilhões de reais. O rolo do senador tucano José Serra, outro



alvejado, foi receber 23 milhões de reais da Odebrecht por meio de caixa 2 na Suíça para sua campanha presidencial de 2010. Um dos membros daquela campanha, o banqueiro e ex-deputado tucano Ronaldo Cezar Coelho, já admitiu ser verdade.

O tema “caixa 2” vai acirrar a guerra do sistema político com a Lava Jato. O sonho em Brasília é carimbar de “recursos não contabilizados” todos os malfeitos confessados pela Odebrecht e armar uma anistia geral com o argumento de que o “por fora” “caixa 2” sempre existiu e seria mera contravenção. Para a Procuradoria, a questão é outra: qual a origem e a motivação do dinheiro dado a políticos por empresas investigadas, como a Odebrecht? O pressuposto dos investigadores é que há muita corrupção – apoio financeiro em troca de licitações favoráveis, obras superfaturadas, leis amigáveis – e que tal corrupção pode ter se materializado até mesmo na forma de doação oficial. Uma hipótese, comenta

uma autoridade da Procuradoria, à beira de criminalizar a política.

Em uma mensagem eletrônica aos 1,2 mil procuradores logo após despachar sua nova lista ao STF, Janot diz não querer a criminalização, mas “depuração” da política. Entre promessas de ser “isento” e exortações à tropa para ser imparcial, o xerife afirmou que o País está diante da “triste realidade” de “uma democracia sob ataque” e “conspurada na sua essência pela corrupção e pelo abuso do poder econômico e político”. Janot deu um jeito de ter um tête-à-tête com Fachin no dia em que acionou o STF. O encontro ocorreu na Procuradoria, durante a cerimônia de batismo com o nome de “Teori Zavascki” da sala que é o QG da Lava Jato por lá. Para ter certas conversas com autoridades sem chamar atenção, Janot às vezes apela à criatividade. Aconteceu com o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

O caso de um senador do PMDB incluso na primeira lista de Janot, de março

de 2015, é um marco na tese do Ministério Público quanto à possibilidade de uma doação eleitoral legalmente registrada ser propina disfarçada. O STF aceitou essa tese ao converter Valdir Raupp em réu há duas semanas. Ele elegeu-se senador em 2010 e na época recebeu 500 mil reais da Queiroz Galvão, através do diretório do PMDB de Rondônia, seu estado. A doação, segundo Janot, foi arrancada da empreiteira a pedido de Raupp pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, um notório corrupto condenado. Uma relação em que o peemedebista ajudava Costa a ficar no cargo, e o ex-diretor recompensava o apoio ao providenciar-lhe verba. Delações, e-mails, um recibo e encontros de assessores de Raupp com Alberto Youssef, doleiro, e Fernando Baiano, carregador de malas do PMDB, sustentam a acusação.

Janot pede que Raupp seja condenado a perder a função pública e multado. Além de Raupp, também viraram réu no STF mais cinco dos cerca de 45 políticos a desmontar na primeira lista, todos processados por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. São eles os deputados Anibal Gomes (PMDB), Nelson Meurer (PP) e Vander Loubet (PT), a senadora Gleisi Hoffmann (PT) e o deputado cassado Eduardo Cunha, que, ao perder o mandato em setembro, teve seu caso remetido ao juiz Sérgio Moro. Cunha está preso em Curitiba desde outubro, acusado ainda de evasão de divisas e uso de documento falso no episódio das contas secretas na Suíça. Prestigiado nas duas listas de Janot, o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros, tem dito que Cunha manda no governo Temer de dentro da cadeia, com aliados espalhados por

Benedito Barbosa Júnior, ex-diretor da Odebrecht, teria dito na sua delação que Aécio, quando governador de Minas, cobrou 3% de comissão pelas obras da Cidade Administrativa. José Serra teria recebido 23 milhões de reais via caixa 2 na Suíça

REPORTAGEM DE CAPA

cargos estratégicos, caso do advogado Gustavo do Vale Rocha na chefia jurídica do Planalto.

No dia seguinte à nova lista de Janot, Temer recebeu no Planalto Rodrigo Maia, Eunício Oliveira e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Gilmar Mendes, para discutir reforma política e eleitoral. Não foi coincidência. A reunião estava planejada desde o fim de semana anterior, quando a turma havia trocado ideias sobre o vendaval à vista. Uma nota divulgada pelo Planalto e assinada por todos os presentes aponta a “necessidade e urgência” de uma reforma político-eleitoral. O pessoal preocupou-se em dizer que “esse debate não busca apagar o passado”. Será?

Sobram razões para desconfiar de uma marota solução jurídica em curso. Em setembro passado, deputados tentaram aprovar um perdão ao caixa 2 sem usar a palavra maldita, “anistia”. O perdão viria com a aprovação de uma lei a descrever o crime de caixa 2 e fixar penas para os malfeitores. O plano era fazer com que o Judiciário interpretasse que, com a aprovação da nova lei, tudo o que ficou para trás seria coisa do passado. É exatamente o perigo da reforma político-eleitoral tramada em Brasília. No julgamento do “mensalão” do PT em 2012, os acusados tentaram defender-se no STF com o argumento de que a circulação de dinheiro entre partidos governistas era apoio eleitoral pelo caixa 2, não pagamento de mesada a aliados. O ex-tesoureiro petista Delúbio Soares chegou a confessá-lo. Em vão. Foi todo mundo condenado por corrupção e lavagem de dinheiro, José Dirceu entre eles.

Os tucanos divertiam-se com a desgraça do PT naquela época e agora apelam à mesma estratégia de se esconder atrás do caixa 2, resta saber se o STF dará o mesmo tratamento aos implicados na lista de Janot no futuro. Diz o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em uma nota pública de 3 de março: “Há uma

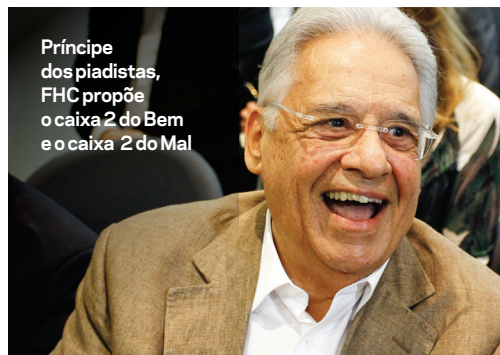
Darth Vader, perdão,
Gilmar Mendes age
como Darth Vader



diferença entre quem recebeu recursos de caixa 2 para financiamento de atividades político-eleitorais, erro que precisa ser reconhecido, reparado ou punido, daquele que obteve recursos para enriquecimento pessoal, crime puro e simples de corrupção”. Aécio tem dito coisa parecida e ainda prega ser “preciso salvar a política” contra a Lava Jato, logo ele que se aliou à Operação para derrubar Dilma Rousseff.

Sempre generoso com tucanos, Gilmar Mendes tem dado uma forcinha ao

Príncipe
dos piadistas,
FHC propõe
o caixa 2 do Bem
e o caixa 2 do Mal



EDITORIAL

Mino Carta Os Idos de Março

Diante de minha Olivetti, penso, e logo existo, para constatar que hoje, 15 de março, recorrem os Idos de Março. Júlio César ouviu o aviso do adivinho e prosseguiu no caminho do Senado romano, onde o esperava a morte. Data fatídica para uma grande figura da história e que hoje haveria de ser para uma chusma de medíocres falcatrueiros da política nativa.

Leio a lista não oficial divulgada pela mídia e não duvido que aqueles nomes constarão das denúncias a serem formalizadas por Rodrigo Janot. Nada me surpreende

no que diz respeito aos notórios elementos (aqui o termo policialesco tem encaixe perfeito) da quadrilha golpista. Tampouco cabe em relação a Lula, Dilma e Mantega, estes não se confundem com os demais, mas suas presenças eram inevitáveis.

Júlio César morreu debaixo das punhaladas dos conspiradores, e o mais extraordinário intérprete daquele 15 de março, Shakespeare, viu no líder do complot, Brutus, um defensor da liberdade. O filho adotivo do cônsul, que pretendia tornar-se imperador, não se parecia com os patéticos golpistas hoje alcançados pela

CARLOS HUMBERTO/STF, MAURICIO J. FOTOARENA,
FABIO RODRIGUES POZZEBONI/ABR E EVARISTO SA/AFIP

pronunciar as mesmas ideias de FHC. Não só. Tem apontado a existência de uma espécie de caixa 2 virtuoso. Uma semana após a nota de FHC, defendia em entrevista à BBC Brasil que o “caixa 2” fosse “desmistificado”. Às vezes, teorizou, a doação é feita às escondidas para proteger a empresa de retaliações por parte dos rivais do candidato. E nem é tão crime assim, “é uma irregularidade quase, vamos chamar assim, ingênua”. Quando, em 2015, o STF proibiu doações empresariais em eleições,

Mendes esperneou indignado que seria um festival de caixa 2. Mas não é “irregularidade ingênua”?

Mendes parece ter saudades do tempo de Advogado-Geral da União do governo FHC. É espantosa a desenvoltura com que se tem portado na defesa de seus amigos políticos. Não há recato por parte do juiz em sua relação com pessoas que pode vir a julgar. No domingo 12, colecionou outra ida secreta ao Jaburu para falar com Temer, após

passar na residência oficial de Rodrigo Maia. Temer sabe ser grato. No mesmo dia da lista do Janot, indicava um primo de Mendes, Francisval Dias Mendes, para um cargo de diretor na Antaq, agência reguladora do setor portuário, área de histórico interesse do peemedebista, vide suas ligações com o Porto de Santos. Um dia depois, Mendes oferecia em sua mansão um jantar de aniversário a Serra aberto a investigados de todos os naipes.

Mesmo que o presidente do TSE namore a ideia de amenizar o caixa 2, há quem lembre tratar-se de crime. “É um ilícito. Seu uso histórico não reduz a gravidade”, diz Carlos Ayres Britto, presidente do Supremo no julgamento do “mensalão” petista. O artigo 350 do Código Eleitoral, salienta, criminaliza o ato de omitir ou falsear, com fins eleitorais, um documento público ou privado. Apenas pode chegar a cinco anos de prisão. E, se ficar provado que a origem do dinheiro era suja, cabe processo baseado no Código Penal, por corrupção ou peculato. “Muitas vezes a empresa pede para doar no caixa 2, porque o dinheiro é sujo, de sonegação. O departamento de operações estruturadas da Odebrecht era isso”, diz um parlamentar do PMDB, ex-ministro.

O caixa 2 “sempre foi o modelo reinante do País”, declarou Emilio Odebrecht ao juiz Moro na segunda-feira 13, em depoimento em defesa do filho, Marcelo. Emilio sabe do que fala. Comandou os negócios da família nos anos 1990, na era FHC. Seu filho está preso desde junho de 2015, foi condenado a 19 anos de cadeia em março de 2016 e agora responde a outro processo. Marcelo resistiu à ideia de confessar crimes e delatar. Achava que escaparia com a ajuda de caros advogados e dos amigos em Brasília. Errou, e aí contratou um ex-procurador da República, Luciano Feldens, para negociar a delação. A propósito, a nova lista de Janot é uma porção de casos de investigação para Moro comandar. Um total de 211

Arthur Maia:
“Povo na rua não
significa nada”

Gilmar ofereceu
a Serra um jantar
de aniversário
aberto a vários
investigados

Lava Jato. De todo modo os Idos contêm nas suas pregas muitas ambiguidades.

Fernando Henrique Cardoso, digamos, não é senador da antiga Roma. E lá vem ele a propor a diferença entre o caixa 2 do Bem e o caixa 2 do Mal, a contar com a assessoria “jurídica” de Gilmar Mendes e o frenético apoio de Aécio Neves, outro senador de tempos novos e bem mais nebulosos do que aqueles de Roma nos Idos de Março do ano 44 antes de Cristo.

Caixa 2 do Bem é aquele que brinda os patriotas, enquanto o do Mal será escondido nas cuecas de alguém, petista, obviamente. Não são poucos os parlamentares da aliança tucano-peemedebista seduzidos pela ideia, a ponto de cogitarem de uma lei da anistia para quem sabe

roubar. É uma forma de alegar uma superioridade intelectual no trato das coisas da vida.

A sublinhar que a sabedoria de Gilmar Mendes parece não habilitá-lo a entender toda a dificuldade, à luz da lei, de destrinchar joio de trigo. Veremos o que veremos, embora seja razoável esperar pelo pior em meio a uma crise antes de mais nada mental. A Lava Jato, à sombra da total ausência dos poderes da República, depois de destruir a economia brasileira, vai impedir a prática da política. Se o propósito era detonar o PT e seu líder, agora parece claro que ninguém mais escapa. Mesmo porque do lodacal exala a convicção de que o jogo político se destina ao roubo. Terra arrasada no dia seguinte. E as vítimas somos nós, brasileiros.

REPORTAGEM DE CAPA

pedidos, a atingir gente sem direito de ser julgado apenas no STF. Entre eles, os petistas Lula, Dilma Rousseff, Antonio Palocci e Guido Mantega.

Anova lista coloca Brasília inteira sob suspeição, mas o pessoal por lá preferiu fingir-se de morto e falar pouco, na esperança de fugir do “tribunal da mídia”, uma instância fundamental na Operação, a julgar por um texto de 2004 de Sergio Moro, em que o juiz expõe sua visão arbitrária sobre a Operação Mãos Limpas italiana. Segundo um dirigente do PMDB, a evolução do clima político e o futuro do governo dependeram do noticiário. A existência de uma lista de investigados não é o problema, são todos inocentes, até prova em contrário. Duro será, diz ele, se a mídia começar a contar detalhes dos processos, revelar telefonemas, e-mails, depósitos, reuniões.

O governo e a cúpula do Congresso querem ocupar o noticiário com as impopulares reformas. Temer tem dito que, sem mexer nas aposentadorias, o INSS vai ao colapso. O terrorismo retórico do Planalto esbarrou na Justiça Federal de Porto Alegre. Na quarta-feira 15, a juíza Marciane Bonzanini deu uma liminar contra propagandas “alarmistas” veiculadas pelo governo no rádio e na tevê. A honestidade do governo na discussão da reforma foi contestada por acadêmicos em uma audiência pública na Câmara na quarta-feira 15. Segundo eles, há erros nas projeções catastrofistas sobre os gastos. Se a mudança demográfica no País indica ser preciso ajustar o INSS, há quem diga também que uma reforma desse tipo não poderia ser feita bem no meio de uma recessão, nem é urgente.

Cunhista da gema, o relator da reforma, Arthur Maia, do PPS da Bahia, desdenhou da multidão que foi às ruas contra a



Calheiros admite:
a reforma da
Previdência contém
“exageros”



Emilio Odebrecht:
“Caixa 2 é modelo
reinante no País”

proposta. “Não muda absolutamente nada”, disse o deputado, um milionário que na eleição de 2014 declarou à Justiça ter cavalos manga-larga e carrões. Não muda nem o ritmo da votação, prevista para terminar em maio na Câmara. Será? A resistência tem germinado entre partidos aliados de Temer, casos do PSB, do Solidariedade e de setores do PMDB. No Senado, Calheiros, líder peemedebista, tem dito que a proposta tem “exageros”

e, diante dos protestos, já naufragou. Se não for aprovada, conta um analista político que mapeia o humor do Congresso para uma empresa financeira paulista, será o fim da tolerância do “mercado” com Temer, daí o dólar irá disparar, entre outras consequências.

Na reforma trabalhista, o enrolado presidente da Câmara revelou-se um inimigo dos trabalhadores. Rodrigo Maia comentou outro dia que a Justiça do Trabalho “não deveria nem existir”. Se depender dele, a proposta de Temer, que abre a porteira para precarização e aumento da jornada, será votada no escurinho de uma comissão especial, e só. Nada de passar pelo plenário, uma forma de proteger os deputados de cobrança nas ruas, conforme recente decisão dele. Mais: promete pôr em votação, na terça-feira 21, uma lei de terceirização, outro murro nos trabalhadores brasileiros, que já ganham por hora menos dos que os chineses, nos cálculos de uma consultoria europeia, a Euromonitor.

“Querer aprovar essas reformas com toda essa suspeita de corrupção é pólvora, é explosivo”, diz o filósofo Renato Janine Ribeiro. “Para não haver explosão e fazer as reformas passarem, o governo e a mídia desmoralizam quem é contra, como os manifestantes e o PT. Mas, se as lideranças do PMDB e do PSDB forem enquadradas pela Lava Jato, aí vai ser difícil aprovar essa agenda.” E o futuro do País e do governo? “Aumento do desemprego, da criminalidade, dos protestos, mesmo que sem tanta gente nas ruas, possibilidade de interdição da candidatura do Lula... O Brasil está numa situação de alto risco. Pode até não haver eleição no ano que vem.” •

Colaborou: José Antonio Lima

Se a reforma não for aprovada, diz um analista político a serviço de uma empresa financeira paulista, o mercado vai deixar de tolerar Michel Temer, e o dólar irá disparar